

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**GÊNERO E COOPERATIVISMO:
“A PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS COOPERATIVAS DE
TRABALHO.”**

PAULO FERNANDO ZANARDINI BUENO

Orientadora: Prof^ª. Dr.^a Jussara Reis Prá

Porto Alegre, julho de 2001.

SUMÁRIO

SIGLAS	3
APRESENTAÇÃO	4
INTRODUÇÃO	6
1. AS ORIGENS DO COOPERATIVISMO, ALGUNS EXEMPLOS, E O CONTEXTO BRASILEIRO	9
1.1. O SURGIMENTO E O DUPLO PIONEIRISMO	9
1.2. A DOCTRINA COOPERATIVISTA COMO IDEOLOGIA	13
1.3. O COOPERATIVISMO NO BRASIL E OS SEUS RESULTADOS	14
2. CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO	17
2.1. O CAPITAL SOCIAL	17
2.2. O CONTEXTO SOCIAL E POLÍTICO.....	18
2.3. A PROMOÇÃO DA CIDADANIA.....	20
3. O GÊNERO NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA	23
3.1. A CATEGORIA GÊNERO.....	23
3.2. AS MOBILIZAÇÕES DAS CLASSES POPULAR E MÉDIA	25
3.3. A PRÁTICA COOPERATIVADA	27
4. A FEMINIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO	28
4.1. A CATEGORIA MULHER NA PRODUÇÃO SOCIAL	28
4.2. A INSERÇÃO SOCIOECONÔMICA DAS MULHERES	29
4.3. A COOPERAÇÃO E O <i>EMPODERAMENTO</i> NO FEMININO.....	31
5. A SOCIABILIDADE FEMININA PELO COOPERATIVISMO	35
5.1. AS REDES SOCIAIS E A ATIVIDADE PRODUTIVA.....	35
5.2. A GESTÃO COOPERATIVA E A SOCIABILIDADE COMPARTILHADA.....	37
5.3. AS VÁRIAS PARTICIPAÇÕES DAS MULHERES.....	38
CONCLUSÃO	41
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	44
ANEXO	48
1. A COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIFUNCIONAL UNIDAS VENCEREMOS LTDA.	48
2. A COOPERATIVA DE TRABALHO MULTIFUNCIONAL BEM-ME-QUER.....	49

SIGLAS

- ACI:** Aliança Cooperativa Internacional.
- ANTEAG:** Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogestionárias.
- COOPERBEM-ME-QUER:** Cooperativa Bem-Me-Quer.
- FACED:** Faculdade de Educação.
- GTS:** Grupo de Trabalho Solidário.
- IPZN:** Incubadora Popular da Zona Norte.
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- OCA:** Organização das Cooperativas das Américas.
- OCB:** Organização das Cooperativas Brasileiras.
- OCERGS:** Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul.
- ONGs:** Organizações Não-Governamentais.
- OP:** Orçamento Participativo.
- PAC:** Projeto Ações Coletivas.
- PIB:** Produto Interno Bruto.
- PMPA:** Prefeitura Municipal de Porto Alegre.
- SEP:** Supervisão de Economia Popular.
- SEDAI:** Secretaria Estadual de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais.
- SMIC:** Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio.
- UNIVENS:** Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos.
- URSS:** União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho dirige-se ao estudo das relações de gênero com ênfase na questão do cooperativismo. Seu propósito é examinar as práticas cotidianas de mulheres que participam de experiências em regime de produção cooperativa, tendo como referência à cidade de Porto Alegre, no período de 1996 a 2001.

Consoante à perspectiva teórica aqui adotada, o cooperativismo é visto como um dos componentes do campo da emergente economia solidária [conceituada adiante], que é plural em suas inúmeras formas de organização coletiva de base social popular, ou mais recentemente, categorizadas como organizações de base social mista, compostas por pessoas atingidas pelo desemprego estrutural, dentre elas as de classe média, que também, de maneira coletiva, estão acessando o capital social estocado por aquelas.

Deste prisma, as cooperativas, estruturadas segundo modelos de autogestão, com todo o circuito da produção sob controle das/os trabalhadoras/es, em uma época em que a oferta de empregos é menor, podem ser tidas como uma das saídas consistente para equacionar problemas relativos à ampliação de postos de trabalho e ao desemprego estrutural.

Enfocando o assunto por esse ângulo, estima-se estar qualificando a discussão sobre as formas de sociabilidade e de organização coletiva, além de traçar uma relação dos conceitos de gênero e de capital social no campo do cooperativismo. Ademais, pretende-se contribuir para tornar visível a ação, os efeitos, os avanços e as limitações que a participação nas cooperativas proporciona para a vida das mulheres.

Para a realização do estudo proposto, foram investigadas mulheres que integram entidades de natureza cooperativada em Porto Alegre. Servem como fonte empírica de dados duas cooperativas de trabalho urbanas, multifuncionais em termos de produção e,

predominantemente femininas: a cooperativa de costureiras unidas venceremos [UNIVENS] e a cooperativa bem-me-quer [COOPERBEM-ME-QUER].

Com vistas à apresentação do trabalho, optou-se por dividi-lo em cinco partes. Na primeira, é exposto o referencial teórico que orienta o estudo, destacando-se o duplo pioneirismo do movimento cooperativo, qual seja: o político e o econômico. Complementarmente se aborda o cooperativismo brasileiro, realçando os resultados obtidos neste campo. Na segunda parte, com base no conceito de capital social, busca-se aproximá-lo ao campo de estudo em questão e, também, interpretar o aspecto sociopolítico do fenômeno do cooperativismo. Na terceira parte, é examinada a questão de gênero, tanto na ordem social como na econômica. Na quarta parte, de forma pontual e localizada, e tendo como cenário a cidade de Porto Alegre, analisa-se, à luz do referencial teórico utilizado no estudo e dos dados coletados, a participação sistemática das mulheres em entidades cooperativistas, destacando a feminização deste campo político no projeto local investigado. Finalmente, a quinta parte, é dedicada ao exame da sociabilidade feminina conferida ao espaço social do cooperativismo.

Ao final, meus agradecimentos à Prof.^a Dr.^a Marie Jane Soares Carvalho [FACED/UFRGS] pelas primeiras discussões que contribuíram para embasar este tema; e à Prof.^a Dr.^a Jussara Reis Prá pela incansável orientação e por sua especial atenção, respeito e carinho para com os estudantes da graduação.

Porto Alegre, julho de 2001.

INTRODUÇÃO

O cooperativismo agrega múltiplos processos que ampliam a participação política de seus componentes, consoante aos pressupostos que lhe dão origem no desencadeamento da Revolução Industrial na Inglaterra, sendo também significativo em sua versão francesa. Neste contexto, sua matriz teórica inspira-se nas lutas contra a exploração dos trabalhadores [homens e mulheres, aos quais se somavam crianças], violados em seus direitos ao longo de todo o decurso de industrialização. A legitimidade do cooperativismo, vinculada à esquerda política – que já o reprimiu na sua experiência de socialismo real –, por força da identificação com este movimento, que ultrapassa as fronteiras geopolíticas, na atualidade o reverencia como o ideal para a concretização do campo socialista, pelo controle total dos meios de produção conferido aos que optam por este modelo.

No Brasil, o fenômeno do cooperativismo não é algo novo, não obstante, só em período mais recente experiências dessa natureza vêm sendo utilizadas com mais frequência, na tentativa de responder às demandas econômicas da população, em especial, às referentes ao desemprego. Ao lado disso, a opção individual pelo cooperativismo, com o apoio de agentes políticos e sociais, pode se constituir em uma ação coletiva por excelência capaz de gerar capital social pela confiança mútua, o que é positivo tanto para as pessoas quanto para as comunidades, além de contribuir para a estabilidade política pela soma das ações políticas e coletivas.

Na implementação de ações coletivas como estas, a mobilização das mulheres adquire envergadura e assume um caráter de afirmação social de um grupo que, por imposição, é vulnerável e subordinado aos homens nas esferas do público e do privado. Tal afirmação, então, passa pela questão de gênero em virtude da sociedade também estar alicerçada nessa diferença e, mesmo sem ser um movimento feminista, tem consciência de pertencimento de classe por sua divisão baseada no *status* econômico.

Nesse mesmo cenário, uma parcela da classe média ensaia seus primeiros passos em busca do aprendizado da organização coletiva, tendo como espaço de atuação o campo do cooperativismo popular.

Mulheres de diferentes estratos sociais já intervieram no processo de desenvolvimento econômico do país como mão-de-obra barata – as das classes populares não raro têm estado presentes quando há necessidade do capital se reproduzir com mais lucratividade –, passaram pelo desemprego, ou, não tiveram experiência de trabalho além do doméstico. Pelo cooperativismo, muitas delas obtêm experiência no mundo do trabalho, ou reorientam suas vidas, assumindo compromissos seja com o sustento da família, seja participando do orçamento familiar, de um modo ou de outro, deixando a condição de coadjuvantes em relação aos homens.

Deste prisma, o cooperativismo é uma forma de *empoderar* as mulheres ao possibilitar que tomem decisões em conjunto e tenham um novo controle sobre as suas vidas. Com isso, a sociabilidade feminina transforma-se, muitas vezes com a integração de mais um elemento na sua já sobrecarregada dupla existência enquanto sujeito social, o que não é percebido como negativo e sim como necessário para a obtenção da igualdade de gênero em todas as esferas sociais. Neste plano, o *empoderamento* pode ser entendido como a possibilidade de nivelar desigualdades de forma a permitir que grupos com menor poder dentro da comunidade, seja em termos de classe, raça/etnia, *status* migratório ou gênero, tenham igualdade de expressão e suas perspectivas priorizadas.

Transferindo-se essa discussão para o contexto local, mais especificamente, para a cidade de Porto Alegre, é possível argumentar que a experiência de cooperativas no município, implementada pela SMIC por intermédio da SEP/PAC, se caracteriza pelo investimento em diferentes projetos na área da já citada emergente economia solidária¹, sendo sua principal ação uma política de geração de trabalho e renda definida como cidadã e inclusiva socialmente.

No plano de governo da gestão pública local consta também uma perspectiva solidária para o desenvolvimento econômico. Tendo como principal enfoque a experiência de participação e cidadania, via Orçamento Participativo – OP daqui em

¹ Segundo Paul Singer, [...] Economia solidária são todas as formas de organizar a produção, a distribuição e o crédito por princípios solidários. Entre estas formas, as cooperativas são as mais antigas e conhecidas [1999a: 27].

diante –, projetos orientados para a ação coletiva desenvolvem-se pela prática efetiva tanto do associativismo como do cooperativismo. Apesar dos projetos da PMPA serem dirigidos tanto para homens como para mulheres, ressalte-se que a maioria dos exemplos constituídos é de mulheres².

Diante desta realidade, a realização de estudos que abordem a questão de gênero, pelo exame das práticas cotidianas de mulheres que participam de experiências em regime de produção cooperativa, mostra-se da maior relevância não só por se estar lidando com formas alternativas de ação coletiva, mas também pela possibilidade de contribuir para tornar visível a participação das mulheres neste novo segmento econômico que, somado ao aspecto cultural, enriquece e modifica as práticas políticas e sociais de seus integrantes e por extensão de parcelas significativas da população.

Os resultados da pesquisa podem contribuir, também, para que instituições públicas – não apenas as ligadas a PMPA –, ONGs e participantes diretas/os destas entidades, compreendam como se desenvolve uma organização coletiva, com perfil feminino, baseada em princípios cooperativistas e de como as participantes dessas associações horizontais interagem nesta outra perspectiva de formação social e de sociabilidade, tornada feminina pela sua demanda como orientadora de políticas públicas voltadas para este espaço social, que amplia as possibilidades de *empoderamento* para as mulheres.

Isso posto, cumpre mencionar que a observação participante, do ponto de vista metodológico, foi considerada a mais apropriada para a consecução deste trabalho, dada a necessidade de aproximação com o objeto de estudo, além da técnica de entrevista em profundidade com informantes-chaves do contexto interpretado. Para elucidar as questões pertinentes e obtermos os resultados aqui apresentados confrontamos os dados coletados nas duas cooperativas anteriormente citadas.

2 Há mais de 30 GTS em regime associativo e cooperativo em Porto Alegre, formados e em formação, recebendo apoio municipal: 832 cooperativas registradas no sistema OCERGS, além do trabalho na mesma linha do municipal realizado pela ANTEAG, em convênio com a SEDAI do governo estadual, apoiando cerca de 184 GTS em todo Estado.

1. AS ORIGENS DO COOPERATIVISMO, ALGUNS EXEMPLOS E O CONTEXTO BRASILEIRO

1.1. O Surgimento e o Duplo Pioneirismo

O cooperativismo teve origem no movimento operário, no período de desenvolvimento do capitalismo industrial, em reação à extrema exploração de quem trabalhava em fábricas, sem qualquer assistência social e direitos trabalhistas, onde a mão-de-obra de crianças, mulheres e, posteriormente, de homens, garantiam uma alta *mais-valia* aos proprietários dos meios-de-produção, como analisou Marx³. Nesse sentido, as práticas associativas só seriam permitidas aos trabalhadores na segunda década do século dezenove, e “na Inglaterra, o direito de associação é reconhecido em 1826, mas o direito de greve só em 1875” [RIOS, 1989: 20].

Quando se estabeleceu em 1844, após várias experiências frustradas, baseadas em diferentes teorias filosóficas e tendo como contexto político à Inglaterra daquele período, o cooperativismo antecipou a democracia moderna. Naquela época, apenas a nobreza votava: votava-se por renda; elegia-se por renda. Em seu primeiro princípio a efetivação do controle democrático proposto e garantido: um sócio, um voto. Para Rios [1989], o cooperativismo é uma palavra semelhante ao termo democracia.

Data do ano de 1844 o estabelecimento da primeira cooperativa, de consumo, organizada por uma tecelã e por vinte e sete tecelões, vinte e oito trabalhadores, no total, oriundos do já referido movimento operário, famintos e decepcionados com os teóricos utópicos deste sistema; o dia 24 de dezembro ficou registrado como o do surgimento do cooperativismo.

³ A *mais-valia*, ou seja, aquela parte do valor total da mercadoria em que se incorpora o *sobretabalho*, ou trabalho não remunerado, eu chamo lucro [MARX, 1865, ed.1978: 85].

Os auto-intitulados pioneiros de *Rochdale*, bairro da cidade de *Manchester* na Inglaterra, conferiram a referência inicial e atual do cooperativismo, e sua internacionalização sempre teve como base os princípios estabelecidos por sua doutrina. Para Rios [1989: 22] sua influência política é marcante e “a evolução do cooperativismo na Inglaterra não superou o capitalismo, mas inegavelmente mudou sua face. Sua estrutura modernizou o comércio, além de que, politicamente, o cooperativismo está associado à formação do Partido Trabalhista”.

O cooperativismo de *Rochdale* foi então duplamente pioneiro: socializou uma experiência de representatividade política aos seus participantes – pelo seu primeiro princípio de controle democrático –, e influenciou a organização do Partido Trabalhista em 1900, socializando ainda a participação de seus sócios nos seus resultados.

Dentre os autores utópicos do sistema cooperativista, não querendo dizer que ele seja o mentor do cooperativismo, é pertinente apresentar Charles Fourier ⁴, pois este teve suas concepções implementadas no que veio a ser em 1948, o Estado de Israel: estamos falando do *quibutzin/Kibutz*. ⁵

Este exemplo demonstrou que a evolução do cooperativismo, no contexto histórico e no meio social exato, serviu de base para a organização geral de sociedades, sendo a dita utopia passível de reavaliação. “Esse modelo não foi tão ‘utópico’ assim, pois no século XX, os socialistas sionistas fundaram no que viria a ser o atual Estado de Israel” [RIOS, 1989: 23].

Outra sociedade baseada no cooperativismo é a Dinamarca, “tornou-se [...] a viga mestra de sua vida econômica. O cooperativismo constitui não apenas parte, mas a própria estrutura da nação” [OLIVEIRA, 1984: 28].

Exemplos expressivos ainda são o Complexo Cooperativo de Mondragón [MCC]⁶, a primeira corporação dos Países Bascos e a oitava da Espanha, uma cooperativa multinacional dividida em vários grupos econômicos e com ramificações em diversas regiões do planeta, inclusive no Brasil, precisamente em São Paulo, em um

⁴ [...] Charles Fourier [...] Em 1829, publicou o “Novo Mundo Industrial”, resumo de sua doutrina e no qual preconizava uma em umerosa associação, que teria por base a agricultura e que acabaria abarcando nos seus quadros todo o gênero humano [OLIVEIRA, 1984: 34].

⁵ [...] O *quibutzin/Kibutz* é uma cooperativa de produção agrícola de caráter comunitário onde não só a produção econômica e sua comercialização são organizadas coletivamente, mas a própria vida social [lazer, refeições em comum, educação infanto-juvenil etc.] [RIOS, 1989: 34].

⁶ Fonte: Disponível no site <<http://www.mondragon.mcc.es>> - [Acessado em 10.05.2001].

total de vinte e três plantas industriais no exterior e com previsão de chegar a sessenta até o ano de 2005. Nos anos noventa, surgiu a Universidade de Mondragón para atender as necessidades básicas de suas inúmeras organizações. Há também as várias cooperativas [de produção, de consumo e de crédito] da chamada Terceira Itália que respondem por 15% do PIB daquele país, os Estados Unidos, berço e defensor da livre iniciativa capitalista, com 25% da sua população economicamente ativa organizada em cooperativas, e a França, que incluiu na sua administração uma Secretaria Nacional da Economia Solidária.

Com base nestas referências, o cooperativismo, enquanto expressão de coletividade se categoriza como movimento social transnacional e está muito associado ao campo socialista, sendo apontado por Singer [1999b, 2000] como o campo responsável pelo novo socialismo por fazer com que as/os trabalhadoras/es tenham o controle total do processo econômico e dos meios que viabilizam a produção, compondo o campo da economia solidária:

[...] A economia solidária surge como modo de produção e distribuição alternativo ao capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram ou temem ficar marginalizados do mercado de trabalho. A economia solidária casa o princípio da unidade entre posse e uso dos meios de produção e distribuição [da produção simples de mercadorias] com o princípio de socialização destes meios [do capitalismo] [SINGER, 2000: 13].

Com as transformações pelas quais passou a economia brasileira a partir de 1991, com a abertura das importações, principalmente à produção de origem asiática, e com a reestruturação da cadeia produtiva, houve uma avalanche de falências, incentivando, por força das circunstâncias, as/os trabalhadoras/es a autogerirem o espólio de massas economicamente falidas ou a criarem empreendimentos autogeríveis como cooperativas de trabalho, sendo esta uma saída para o modelo capitalista e para a concretização do socialismo idealizado por estes.

A leitura feita por Singer [1999a] é a de uma superação das inúmeras dificuldades políticas pelas quais já passou o cooperativismo, pois esta perspectiva foi discriminada até mesmo pelos ideólogos da Revolução Russa de 1917, "socialistas reais", que consideravam os cooperativistas ingênuos e segregadores, sendo reavaliada apenas em 1923 por Lênin, então figura central daquele momento da história da então URSS, extinta em 1989:

[...] Nós combatemos os antigos cooperativistas, porque eram muitos ingênuos. Achávamos com razão que não se podia construir um socialismo sem luta de classes, sem a tomada de poder e sem derrubar os exploradores. Mas agora que nós derrubamos os exploradores, desapropriamos os meios de produção, para construir o socialismo basta organizar a economia em cooperativas. Não temos mais nada a fazer na Rússia a não ser educar os camponeses e os trabalhadores, porque sem revolução cultural não dá para formar cooperativas [Lênin 1923], [SINGER, 1999a: 56].

É um ponto pacífico para a esquerda política contemporânea que o cooperativismo, enquanto instrumento político para a transformação social é a saída ideal, e além de sua luta histórica com o capitalismo, tem a luta "interna" contra os usurpadores que se organizam com base no modelo padrão regulado pela legislação, mas sem o conteúdo ideológico de esquerda da sua origem que se legitimou por isso como seu representante autêntico. Seus militantes enfrentam duas frentes: a da hegemonia capitalista e a da representatividade ilegítima de outros segmentos político-institucionais, que resultam em organizações de direita em um sentido político, o que contradiz o ideário de não discriminação religiosa, sexual e político-partidária, pois há uma forte contestação quanto a isso, e uma disputa ideológica por legitimidade.

É com esse pano de fundo que passamos a focar o aspecto ideológico da doutrina cooperativista e o que levou o Brasil a adotar esta perspectiva, com vistas a dimensionar a realidade atual deste processo no país.

1.2. A Doutrina Cooperativista como Ideologia

De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional⁷ a redação atual da identidade cooperativa é descrita como sendo “uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender suas necessidades e aspirações econômicas sociais e culturais comuns, através de uma empresa coletiva e democraticamente controlada” [ACI, 1995].

Tal identidade das cooperativas inclui os seguintes valores “da autoajuda, responsabilidade própria, democracia, igualdade, equidade e solidariedade” [ACI, 1995].

Com base nessas descrições, as cooperativas que sempre se guiaram por princípios norteadores, hoje obedecem a sete, quais sejam: livre associação; gestão e controle democrático pelos sócios; distribuição de benefícios segundo o fator trabalho; autonomia e independência; educação associativa; integração [cooperação entre cooperativas] e, *preocupação com a comunidade* – esse sétimo item incluído na última reunião da Aliança em comemoração ao seu centenário [ACI, 1995].

A doutrina cooperativista orienta o comportamento e o pensamento social visando um sistema mais solidário e integrador de relações sociais e culturais. Isso se torna possível pela associação de pessoas que tenham a mesma identificação e muita confiança mútua para poder transformar sua capacidade individual fragmentada em força e ação conjunta, doutrina que “se assenta nas ideias dos chamados ‘socialistas utópicos’, que preconizavam a justiça e a fraternidade nas relações econômicas e sociais, em resistência ao extremismo do liberalismo econômico que deu origem a Revolução Industrial” [OCERGS, 2001: 15].

7

A Aliança Cooperativa Internacional [ACI] foi fundada em Londres em 1895. É constituída por organizações cooperativas de todos os setores de atividades. São mais de 230 organizações, em 100 países representando mais de 730 milhões de pessoas associadas [43% na Europa e 12,5% nas Américas]. Tem estatuto consultivo nas Nações Unidas desde 1946. A entidade está na categoria I do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas [ECOSOC], Revista *Cooperativa & Trabalho*, 1999, nº. 2, p.33.

Do ponto de vista social, a cooperativa visa à melhoria da qualidade de vida das/os suas/seus sócias/os pela articulação do trabalho em um processo político e pela promoção da completa autonomia dos seus membros.·.

A categoria *solidariedade* assume uma importância essencial, sendo o elemento que orienta as práticas das organizações cooperativas em qualquer atividade de sua atuação.

1.3. O Cooperativismo no Brasil e os Seus Resultados

No Brasil, o cooperativismo, considerando dados do ano 2001, totaliza 5.048.883 pessoas organizadas em 6.789 cooperativas que atuam em doze ramos da atividade econômica e geram quase duzentos mil empregos nos vinte e seis Estados da Federação e no Distrito Federal⁸, a tendência do aumento desses números sinaliza para um crescimento exponencial no milênio vindouro.

O Censo de 2000, realizado pelo IBGE, estima para 2001 cento e setenta e um milhões de pessoas, e o cooperativismo passa a representar 3% da população total do país.

Neste contexto, há muitos casos de entidades falsas, pelo jargão cooperativo classificadas de "gatos", que se desviam das orientações doutrinárias e exploram os associados, tendo, assim, uma relação de patrão-empregado. Contudo, de um modo geral, as cooperativas contêm um projeto que privilegia valores humanos e sociais, assim, mesmo sendo um empreendimento econômico, busca a paridade entre trabalho e capital.

O cooperativismo, por seu caráter social e pela prática de alguns agentes públicos, de organizações coletivas e de ONGs, congrega muitos adeptos em um tipo de mobilização que se organiza e se desenvolve por diferentes espaços físicos. Ao lado disso, compartilha de uma ideologia que busca uma nova categoria de desenvolvimento

⁸

Fonte: Jornal *Brasil Cooperativo*, nov./2000, p. 6, "Números do Cooperativismo Brasileiro".

sociopolítico, classificada como solidária, pois visa uma sociedade equilibrada, igualitária e em harmonia com o meio ambiente.

No aspecto econômico, o cooperativismo busca resolver problemas da sociedade, é um campo social politizado, coletivo e democrático, que não faz distinção entre as/os suas/seus integrantes que, em uma condição de igualdade, adotam padrões culturais diversos daqueles vigentes no sistema capitalista e em empresas mercantis. Com efeito, em tempos de acirrada competição e de predominância do individualismo, passa a ser um contraponto ao sistema predominante: ao capitalismo.

O cooperativismo não é recente enquanto proposta de organizar relações de trabalho, contudo, sua implementação mais sistemática emerge em uma fase do capitalismo, em específico, quando se registra o maior número de desempregados estruturais nas economias periféricas, caso este em que está inserido o Brasil:

[...] Atravessando todas as crises mundiais, sobrevivendo às mais terríveis guerras, o cooperativismo, “verdadeira revolução pacífica em ação” na expressão feliz de Warbasse, transformou-se em uma poderosa corrente universal, que se estende até hoje as latitudes e a todos os ramos da atividade humana [OLIVEIRA, 1984: 28].

Em comemoração aos cento e cinquenta e três anos de cooperativismo no Brasil foi realizada, no mês de dezembro, a *RIO 2000*. O evento, promovido pela OCB em parceria com a ACI e a OCA, visou discutir as experiências brasileiras, latino-americanas e mundiais de cooperativismo, definir a sua identidade [tema central do encontro] e os rumos do movimento para o terceiro milênio.

Os resultados gerais desta experiência – cooperativismo – diferem de região para região do país e de setor para setor, mas contribuem consideravelmente e de maneira consistente para a geração de trabalho e renda, além de promover a cidadania e uma conscientização política dividida por tendências ideológicas diversas, mesmo assim, gerando riquezas consideráveis para o país.

No Brasil, as cooperativas organizadas em 1.795 municípios participam com 6% do PIB nacional. No ramo agropecuário, sua participação responde por 30% da produção agrícola com um faturamento anual de R\$ 20 bilhões, o que corresponde a 22% do PIB do setor. As exportações das cooperativas brasileiras cresceram mais de 30%, chegando a US\$ 858 bilhões de dólares, em 1999. O ramo agropecuário participou com 5,8% da balança comercial brasileira.

As cooperativas de trabalho urbanas, referência para este estudo, cresceram em torno de 120%, apesar de ser o segmento mais recente do sistema cooperativista, fruto do desemprego estrutural e da crise do modelo econômico e para Rios (1989: 11) “se no plano internacional e no plano sociológico o cooperativismo é plural, ele o é também em termos operacionais”.

O sistema de crédito cooperativo no Brasil passou por um processo de reorganização e registrou um aumento operacional de 50% no período de dez anos. A capitalização das cooperativas é uma das questões mais sérias a serem resolvidas, pois o sistema tradicional de crédito, composto por grandes bancos, nacionais e internacionais, dificulta o egresso desses em seus cadastros para empréstimos. Não custa lembrar, todavia, que o crescimento deste segmento cooperativo [de crédito] é estratégico para o avanço da economia solidária.

No ramo da saúde, o índice de crescimento é o maior do setor com 19,35%, perfazendo aproximadamente 698 cooperativas de saúde, as quais geram trabalho e renda para aproximadamente duzentos e noventa mil profissionais⁹.

Com base na referência histórica desenvolvida acima, que tratou da ascensão do cooperativismo no país, incipiente quando comparado a de entidades congêneres no âmbito internacional, passa-se a discorrer, na segunda parte deste trabalho, sobre os conceitos utilizados para explicar experiências dessa natureza. É pela noção de capital social, trabalhada por Abu-El-Haj [1999] que situamos o cooperativismo no contexto porto-alegrense e o relacionamos ao processo de promoção da cidadania que lhe é inerente.

⁹ Fonte: Revista CooperBrasil, Ano IV, nº. 4, Out./Nov./Dez. de 2000. "Riqueza Para o Cooperado e Para o Brasil", pp. 14-18.

2. CAPITAL SOCIAL E COOPERATIVISMO

2.1. O Capital Social

A referência que fazemos a capital social tem por base a confiança depositada ou não nas pessoas e nas instituições como elemento possível de ser acionado para a auto-organização da sociedade civil em redes coletivas:

[...] Capital social refere-se àqueles estoques de confiança social, normas e redes que as pessoas podem ativar para resolver problemas comuns. Redes de engajamento cívico, tal como associações de moradores, clubes esportivos e *cooperativa* são uma forma essencial de capital social [grifo nosso] – [CPN, 2001: 1].

As cooperativas, baseando-se na coletividade, servem de modelo por disponibilizarem recursos humanos individuais às suas ações em conjunto. A mobilização de grupos sociais diferenciados política e economicamente – como as mulheres –, organizados com objetivos mútuos, além de propiciar uma inserção social, manifesta outra forma de participação política.

Neste marco, exemplificamos com a mobilização da cooperativa Univens em 1998, via OP, para a constituição da primeira Incubadora de Cooperativas do país, IPZN, financiada e gerida pelo poder público de Porto Alegre. Isso trouxe para a administração pública uma experiência até então reservada às Universidades, agora estendida ao campo da economia solidária. A parceria entre público e privado, em uma ação *paraestatal*, torna possível, como destacado por ABU-EL-HAJ [1999], a execução de projetos que se tornariam inviáveis devido à carência de infraestrutura física para sua implementação. Para o autor, “as experiências de mobilização e atuação coletiva acumulam um capital social derivado dos laços de confiança mútua entre cidadãos que intensifica o engajamento cívico” [p. 69].

Considerando o recorte de classe, inerente a cada uma das cooperativas investigadas, encontramos em Putnam [1993] consistente alusão. Para ele, as redes de associação podem ser divididas em duas perspectivas, vertical e horizontal: a vertical teria como componentes sujeitos desiguais e dependentes; a horizontal – que interessa a este trabalho – sujeitos iguais em *status* e poder, sendo assim definida:

[...] A confiança, a cooperação e a solidariedade brotam sob condições de relativa igualdade e de ausência de hierarquias impostas. A reconciliação da ação coletiva com interesses individuais, em um quadro de horizontalidade, encoraja e generaliza a confiança, permitindo a multiplicação das redes cívicas e a valorização de capital social [ABU-EL-HAJ, 1999: 76 e 77].

A noção de classes sociais é bastante presente no campo do cooperativismo, pois esse movimento é um agente contra-hegemônico por excelência, e tem nesta diferença básica seu sentido político, qual seja, o da destituição das hierarquias como elemento essencial para a transformação social.

2.2. O Contexto Social e Político

São dois os campos históricos de cooperativismo no Brasil: o de elite e o popular. O de elite teve origem nas cooperativas agrícolas muitas das quais, ainda hoje, são influenciadas por instituições vinculadas ao governo central. A despeito da autonomia garantida às cooperativas pela Lei 5.764/71¹⁰, a versão elitista, ao adotar um modelo de gerenciamento capitalista, extrapola os princípios básicos do cooperativismo, articulando-se em uma outra rede de confiança e gerando outro tipo de capital social.

Destaque-se a respeito, que o cooperativismo tem como essência e autenticidade ser um campo de multirelações, não estando isolado do contexto social; politicamente, caracteriza-se como espaço para o desenvolvimento do socialismo, mas também é explorado pelo capitalismo, sendo duplamente útil para este último. Castells [2000] analisa que as mudanças estruturais da economia, a partir da internacionalização, baseada em alta tecnologia, em uma rede de informações e na redução da participação do Estado, resultam no surgimento de cooperativas nas quais novos agentes econômicos

10

[...] A lei que regula as sociedades cooperativas é a Lei 5.764, de 1971, recepcionada pela vigente Constituição Federal. Jornal CEBRACOOP em notícias, Set./2000, nº. 10, p.3.

capitalistas usufruem serviços subvalorizados, em uma prática que aumenta os ganhos do empreendimento mercantil e serve para acomodar as tensões sociais daí resultantes, recebendo populações em idade produtiva sem opções no mercado de empregos e em condições desiguais para competir economicamente “o cooperativismo é pensado, pois, nesse caso, para “remendar” as lacunas sociais e econômicas muito gritantes do sistema” [RIOS, 1989: 58].

O cooperativismo popular, apoiado por gestões políticas, priorizando uma agenda social comprometida com lutas sociais, como a do modelo de administração pública de Porto Alegre, promove a parceria por meio de *infraestrutura física, empréstimo de equipamentos, capacitação profissional e apoio à produção e comercialização*¹¹.

A realidade local aludida mostra, como contraexemplo, a falta de uma redefinição macroestrutural do papel do Estado como fomentador do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a classe média surge como um novo componente do cooperativismo popular, mobilizando o capital cultural pertencente ao seu estrato de classe social original, busca saídas para o desemprego em *organizações de base social popular*, politicamente à esquerda, que se associaram há mais tempo por sofrerem as conseqüências negativas da falta de políticas públicas por parte do Estado¹²:

[...] Para as camadas médias instáveis e sujeitas a pressões de todos os tipos o problema de sua identidade enquanto categoria está sempre presente, quer na ascensão social de alguns de seus segmentos, quer na ameaça de descenso e proletarização para muitos outros [VELHO, 1981, ed.1999: 108].

Suponho que se possam conceituar grupos com estas características, como *organizações de base social mista* com tendência política de centro-esquerda. Mista por se utilizar da prática social coletiva, típica das classes populares e por ter um capital cultural diferenciado destas.

¹¹ Decreto nº. 12.691 - reformulando o PAC - PMPA 21.02.2000, Artigo 2º - Para a consecução dos objetivos do PAC, o poder público, na medida de suas possibilidades, propiciará aos grupos integrantes acesso à: a) Espaço físico nas Incubadoras do Município; b) Equipamentos e maquinarias; c) Apoio à comercialização dos produtos e/ou serviços; d) Curso de capacitação.

¹² Entendamos Estado em todas as suas divisões político-administrativas: municipal, estadual e federal.

2.3. A Promoção da Cidadania

Há um debate em uma parcela da sociedade que confere à economia solidária uma atribuição de ser um paliativo para as populações que não são absorvidas pelo sistema produtivo capitalista, reconhecido apenas por sua capacidade de promover a cidadania para as/os suas/seus participantes. Trata-se, porém, de uma visão capitalista de cidadania, limitada e desconectada da realidade das/os integrantes das cooperativas e das instituições públicas ou ONGs que fomentam e apoiam este processo, pois há um valor reconhecido acima do econômico. O econômico nesta perspectiva pensa e constrói o cidadão para que se torne mais um consumidor. Já a cidadania na ótica da economia solidária visa aprofundar os valores das relações sociais inexistentes no sistema capitalista.

A esta *cidadania cooperativista* somam-se outras categorias valorizadas nas relações sociais em Porto Alegre, tais como: democracia, solidariedade, autonomia, independência e participação. Esta disputa entre as duas cidadanias gera um embate ideológico, com um "pano de fundo" econômico e com um nítido conflito político, que tem a função essencial de reeducação para uma das partes [cooperativismo] e de manutenção para a outra [capitalismo].

O incentivo do poder público local promove o avanço estratégico das políticas públicas, fortalecendo e organizando a ação coletiva da classe popular, já histórica, e agora de uma parcela incipiente da classe média, em uma nova orientação social para a constituição de um modelo meso e micro socioeconômico.

A intervenção estatal positiva e necessária tem por base uma política de desenvolvimento pautando em questões humanas e não apenas de mercado, voltado para homens e mulheres indistintamente, o que poderia ser apresentado, havendo um aprofundamento, como um modelo para o contexto macro:

[...] O estado na sociedade moderna é a arena principal das demandas sociais [...] O poder de intervenção e o seu caráter moldam a interação social e determinam o sentido do espaço público. As instituições, nessa visão, forjam os rumos da ação coletiva valorizando o seu potencial ou aniquilando sua capacidade de ação [ABU-EL-HAJ, 1999: 72].

A autonomia para uma organização associativa ou cooperativa é composta por duas superações: a primeira é a do individualismo, pelo controle patronal; a segunda é a que fortalece o capital social, pela superação da representação classista, sem que haja necessidade de ingerência sindical nas demandas dos seus trabalhadores.

O exercício interno nas cooperativas, pelas suas constantes e autônomas assembléias, promove uma prática compartilhada de democracia. Este engajamento, essencial para o processo cooperativista, ao ter como contexto político Porto Alegre e a sua experiência de gestão pública por meio do OP – exemplo de horizontalidade criticada por estudos recentes –, fortalece a mobilização coletiva, que conta com a participação regular dessas demandas do cooperativismo, passando a ser eficaz esta perspectiva de cooperação. “Ações coletivas horizontais promovem engajamento cívico intenso, produzindo prosperidade econômica e estabilidade política” [ABU-EL-HAJ, 1999: 69].

As cooperativas, compostas basicamente por mulheres ou não, que dispõem de uma liderança capaz de arregimentar a confiança coletiva, por um engajamento anterior a essa experiência, demonstram ter uma militância mais acentuada, o que é mais comum em organizações populares e confere ao cooperativismo porto-alegrense uma característica de movimento feminista sem o ser. Conforme Pinto [1992: 133] “a importância não só numérica, mas também em termos de liderança, de mulheres em movimentos sociais não transforma essas mulheres necessariamente em feministas, mas faz com que sua posição na rede de poderes no interior da comunidade seja transformadora”.

Neste contexto, as trabalhadoras almejam uma cidadania que se estenda às relações básicas de gênero, onde é neutralizado o sentido de movimento feminista. A convivência diária das demandas do campo do trabalho com as demandas do espaço doméstico oportuniza uma nova postura para as mulheres. A busca por uma *cidadania familiar* convive com uma série de desdobramentos desde o controle rígido, parcial ou mesmo inexistente dos homens na família, e, às vezes, uma preferência das mulheres por sua relação com esta última. De qualquer forma, esta cidadania se concretiza, na esfera pública, na privada, ou em ambas, pois há casos de enfrentamento da divisão sexista do trabalho doméstico, o que contribui para a mudança das relações de gênero que culturalmente se reproduziram com base no controle masculino. A falta de sentido

feminista gera esta indefinição, havendo inúmeras formas de reconhecimento e de prática da categoria cidadania.

A questão de gênero, articulada com a ordem econômica e social, seus desdobramentos, a mobilização das classes popular e média, a prática cooperativada, e o *empoderamento* das mulheres é o que passamos a examinar agora.

Neste contexto, podemos recordar a IV Conferência Mundial sobre a mulher realizada em Beijing, China, em 1995, onde uma das tantas questões consideradas foi a da cidadania política das mulheres pelo resgate do conceito de *empoderamento* associado ao âmbito político. Com esta diretriz, pode-se *empoderar* pessoas em todos os setores da vida social e o *empoderamento* político surgir como consequência do econômico. Com efeito, planos de ações voltados para as mulheres potencializam a eliminação da discriminação de gênero e a consolidação da cidadania plena para o segmento feminino.

3. O GÊNERO NA ORDEM SOCIAL E ECONÔMICA

3.1. A Categoria Gênero

Para examinar de uma perspectiva comparada as duas cooperativas de trabalho femininas, tivemos como base os argumentos de Prá [1992] para quem a categoria gênero, enquanto um instrumento da *teoria feminina*, por sua abrangência conceitual, permite que compreendamos tanto a relação entre pessoas de gêneros diferentes, como entre grupos de pessoas dos dois gêneros.

Há um consenso também de ser a categoria de gênero distinta da de sexo, e do termo gênero ser empregado para fazer referência às relações homens e mulheres em função de suas diferenças e da peculiaridade de suas necessidades sociais. “Gênero foi proposto como alternativa ao termo sexo, pois homens e mulheres são categorias sociais historicamente produzidas e não devem ser reduzidas a uma categoria biológica” [MACHADO, 1999: 15].

A discussão sobre gênero é objeto de atenção de vários campos do conhecimento, além de ser incluído na pauta dos projetos de inclusão social das mulheres nas políticas de desenvolvimento humano¹³.

Para Machado [1999], a incorporação de gênero tem, em vários contextos sociais, um sucesso específico relacionado ao projeto ou programa voltado para ele – *gênero*.

¹³ Segundo Machado, o conceito de desenvolvimento humano é constituído de três componentes: o primeiro é a igualdade de oportunidades para todas as pessoas; o segundo é a manutenção dessas oportunidades de uma geração para outra e o terceiro é o empoderamento das pessoas para que elas participem e se beneficiem do processo de desenvolvimento [1999: 16].

Entre as políticas públicas bem sucedidas em relação às mulheres, inclui-se a que busca formar uma economia solidária em Porto Alegre que, atendendo as necessidades de trabalho da sociedade, tem na população feminina uma participação mais sistemática e direta nesta perspectiva, em um sinal claro de correspondência antecipada no quadro de políticas públicas pela sua demanda resultante, ou seja, há um ambiente social favorável para as reivindicações sociais, e toda política pública, mesmo que não privilegie em especial às mulheres, tem nesta população uma resposta que desequilibra os projetos a favor destas.

As mulheres historicamente formam um grupo social, dentre vários outros, vulnerável e excluído pela sua distinção e desigualdade, e na atualidade sofrem de maneira mais direta e abrangente as conseqüências da crise do modelo econômico. Contudo, as mulheres referidas neste trabalho são visíveis para o poder público local constando da agenda social da cidade nas diversas políticas públicas implementadas – Porto Alegre é apresentada como uma cidade *na luta pelas mulheres* –, o que faz com que a participação no projeto de geração de trabalho e renda seja estendida a outros projetos pelo fato da existência humana não se limitar apenas ao seu aspecto econômico e isso ser implementado localmente. De acordo com Machado [1999: 16] “devido às relações socialmente construídas, mulheres e homens desempenham diferentes papéis sociais. Estes papéis estão relacionados com a esfera produtiva, reprodutiva e de gerenciamento das comunidades”.

Na interpretação da autora atribuem-se as atividades que geram renda em dinheiro ou em espécie, tanto para homens quanto para mulheres, o papel produtivo que desempenham e que é reconhecido socialmente. Contudo, este conceito é ampliado pelo papel reprodutivo das mulheres, que de tão naturalizado tornou-se invisível, e tem diversos sentidos [atividades domésticas, reprodução ou “produção”¹⁴ de pessoas e serve para reproduzir a força de trabalho].

¹⁴ Segundo Machado vai desde a reprodução biológica [concepção e gestação], socialização e cuidado das crianças até a manutenção de adultos durante todas as suas vidas [1999: 17].

A despeito disso, pode-se assinalar que o trabalho na cooperativa possibilita compatibilizar as atividades aí desenvolvidas com as tarefas domésticas. Ademais oferece vantagens para mulheres na faixa dos trinta anos, como é o caso da população pesquisada, em sua maioria sem experiência de trabalho remunerado, ou com outras experiências, além do que com um forte vínculo com o trabalho doméstico. Soma-se a isso o fato de para um significativo número delas a primeira participação no mercado se dá pelo ingresso na cooperativa; esta experiência é vivenciada por muitas delas como um sucesso pessoal, o que é diferente para os homens por sua relação com o mundo do emprego e pelas responsabilidades moral e cultural que lhes são imputadas por sua condição de provedores para o sustento das famílias. Para as mulheres, ainda que o aumento de sua participação no mercado de trabalho tenha alterado a lógica social e histórica que delega a elas o papel de donas-de-casa, o ingresso em uma cooperativa se inicia, em vários casos, devido ao insucesso profissional ou a uma desascensão na esfera econômica, mas principalmente por uma opção moral.

3.2. As Mobilizações das Classes Popular e Média

As classes populares se mobilizam em organizações coletivas há muito tempo pela já referida ausência do Estado na constituição de políticas públicas e como fruto das constantes crises econômicas que resultam em desemprego, precarização do trabalho, diminuição dos salários etc., e, mais recentemente, na transferência territorial das empresas.

Neste contexto, acrescenta-se que a classe média, por estar sofrendo estes efeitos, começa a se mobilizar também de maneira coletiva para acessar o capital social já estocado pelos grupos cooperativos de base social popular, e pelo capital cultural que dispõe, está enriquecendo a categoria capital social no heterogêneo campo do cooperativismo.

Os resultados dos estudos de Neves [1999] apresentam uma leitura de Bruschini na qual a autora descreve que além da tentativa de complementar os salários dos trabalhadores, uma maior expectativa de consumo redefiniu o conceito de necessidade

econômica, fazendo com que não só as mulheres pobres das classes populares, mas também as da classe média tivessem de ingressar no mercado de trabalho.

O fenômeno social descrito acima revela uma das faces do processo que tem gerado o ingresso de mulheres no mundo do trabalho. Importa notar que as mulheres de classe média que aqui recebem atenção estão se mobilizando em um espaço em que o trabalho é produzido e gerenciado pelas próprias participantes, o que sugere uma nova inserção social e outra experiência de controle sobre suas vidas.

A estas mulheres, o cooperativismo está possibilitando a manutenção de modos de vida que não diferem dos de sua classe social, tendo na categoria trabalho a motivação, e assim, a possibilidade de aguçar a noção de pertencimento a seu estrato de classe original. Em contrapartida, sua aproximação às práticas de vida das mulheres das classes populares, com suas experiências de organização coletiva, pode influir nos seus modos de vida.

A ação cooperativista, no exemplo porto-alegrense, ao reunir mulheres de classes distintas, desmistifica a idéia de distanciamento entre estratos sociais além de produzir, em seu conjunto, uma alteração nas relações de trabalho. Isso inverte os argumentos de Toledo [2001], quando a autora atribui ao feminismo um erro de estratégia por enfrentar a desigualdade entre os gêneros, ressaltando a polaridade entre masculino e feminino, sem considerar que âmbitos como o cooperativista não prioriza a luta feminista e sim, a luta de classes, sendo contrária a estrutura econômica regida pelo modelo do capitalismo. Conforme Prá [1999: 159] “apesar do consenso quanto à existência de uma distinção conceitual entre os termos sexo/gênero, o que se verifica na contextualização do fenômeno de gênero é uma superposição entre os fatores de ordem cultural e os de ordem socioeconômica”.

Esta constatação nos remete a classificar o cooperativismo porto-alegrense como uma mobilização de mulheres em busca de uma nova ordem política que se estenda a outros campos da vida social.

3.3. A Prática Cooperativada

Para Marx¹⁵, o fator trabalho é mercadoria e componente da sociedade de classes, tendo como cerne à sociedade organizada pela lógica capitalista e os homens como categoria dominante. Assim, a perspectiva marxista categoriza o trabalho no masculino, fruto também do contexto de sua época. Para Prá [1996: 100] “a tendência da teoria socialista tem sido a de acentuar que a opressão da mulher é produto do capitalismo, embora também a considere fruto de um processo de socialização”.

Na análise que fazemos - práxis deste século -, torna-se: feminino, externo, integrador da categoria mulher, não mercadoria, o controle do dinheiro realizado pelas mulheres, conferindo a essas uma conscientização dúbia de sua condição social e destinos paralelos.

O exercício desta prática cooperativada, que busca superar o fator capital, propicia às trabalhadoras envolvidas a noção do que é emancipação, categoria até então desconhecida para muitas. Este conhecimento se deve à inserção em um modelo despadronizado e não capitalista, em um espaço que privilegia as relações humanas para então se inserir no mercado. A relação com o mercado, com uma sociedade arbitrariamente masculina, com uma divisão sexista de gêneros, tem uma nova forma de organização nas cooperativas de trabalho urbanas; seu aspecto social tem primazia em relação ao aspecto econômico, paralelamente a este há o caráter político. Nessa dimensão, é o econômico voltado para as mulheres que estrutura a inserção social feminina, de gênero, transformando suas sociabilidades, politizando-as:

[...] Não é preciso dizer que tais mobilizações deram outro sentido às discussões sobre cidadania e participação popular e que, ao lado disso, estimularam o ativismo social, abrindo caminho para a politização de um número significativo de indivíduos ou grupos até então excluídos da vida social e política [PRÁ, 1999: 148].

A feminização do cooperativismo e a sociabilidade feminina neste campo são o que se passa a enfocar a seguir, com o subsídio dos dados coletados nas entrevistas.

15

[...] Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-la pelo seu valor, o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou usada, fazendo trabalhar, assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar [MARX, 1865, ed.1978: 82].

4. A FEMINIZAÇÃO DO COOPERATIVISMO

4.1. A Categoria Mulher na Produção Social

A história das mulheres no cooperativismo tem como marco inicial, como já destacado, a participação, em 1844, de uma única mulher em um grupo de vinte e oito tecelões que se reuniram para fundar a primeira cooperativa do mundo, um armazém de compra e venda: estamos retomando os pioneiros de *Rochdale*, Manchester/Inglaterra, que instituíram as bases do cooperativismo atual. “Os 28 tecelões e entre eles uma mulher – *Anne Tweedale* – imortalizaram-se como os Pioneiros de Rochdale” [OLIVEIRA, 1984: 28].

Na 1ª Revolução Industrial em que o trabalho vivo em massa fez funcionar as fábricas, as mulheres das classes populares foram à maioria o que aumentou a já referida *mais-valia* do capital. Para Saffioti [1979: 36] “a sociedade não prescinde, entretanto, do trabalho das mulheres das classes inferiores. Muito pelo contrário a inferiorização social que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai oferecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial”.

Por questões culturais e políticas da época, as mulheres foram afastadas da produção social e enclausuradas em casa tornando-se tradição em uma “utilidade” que auxiliou os homens sem o mesmo reconhecimento:

[...] A esta fragmentação corresponde uma divisão sexual do trabalho, cabendo ao homem o trabalho produtivo extra-lar pelo qual passou a receber um salário, enquanto à mulher coube principalmente a realização das tarefas relativas à reprodução da força de trabalho sem remuneração [BRUSCHINI e ROSEMBERG, 1982: 10].

O século XXI inicia no curso de uma revolução tecnológica que reorganiza a produção social, em uma ação que não faz distinção política, étnica, de gênero, religiosa, cultural ou de classe, e não considera as fronteiras territoriais, reforçando a

lógica que norteia o processo de *globalização* ou, mais precisamente, de supranacionalidade. Esse fenômeno, por meio da reestruturação das economias nacionais, que visava atender as exigências e necessidades impostas para o sistema se expandir, trouxe como resultado, a extinção de várias funções de trabalho e a precarização de ramos de atividade, atingindo tanto os trabalhadores como as trabalhadoras. Como reação, observa-se a mobilização coletiva, em redes sociais localizadas, que se fundamentam, basicamente, em uma relação de confiança entre seus membros:

[...] Um desemprego, hoje, não é mais objeto de uma marginalização provisória, ocasional, que atinge apenas alguns setores; agora, ele está às voltas com uma implosão geral, com um fenômeno comparável a tempestades, ciclones e tornados, que visam ninguém em particular, mas aos quais ninguém pode resistir. Ele é objeto de uma lógica planetária que supõe a supressão daquilo que se chama trabalho; vale dizer empregos [FORRESTER, 1997: 11].

4.2. A Inserção Socioeconômica das Mulheres

A intervenção econômica, pela via do cooperativismo, tornou-se realidade e uma necessidade para inúmeras pessoas alijadas do mundo do emprego mesmo com alta capacidade produtiva em que se incluem as mulheres tendo como valores à cooperação, a ajuda e a confiança mútuas, e a categoria que resume este comportamento é a sinergia. Este argumento é compartilhado por esta entrevistada que pertence à Cooperativa BEM-ME-QUER:

[...] Politicamente é uma necessidade [a formação de cooperativas] pelo grande número de pessoas que estão marginalizadas, cada vez surgem empreendimentos grandes que concentram pouquíssimas pessoas, os que ficam mais à margem disso cada vez mais necessitam dos grupos, pois não tem dinheiro para um negócio sozinho, uma micro-empresa, e procuram se unir e de um grupinho fazer um negócio [Ieda, Cooperativada há 1 ano e 2 meses, 59 anos, entrevista concedida ao autor em 01/06/2001].

No contexto histórico estudado, a questão de gênero recebe destaque pela participação se dar também em uma perspectiva coletiva. Esta participação se estende a fóruns públicos locais, como o OP em Porto Alegre, pela valorização do tema do

desenvolvimento econômico, um tabu para as mulheres, além do que gera formas de sociabilidade com base na solidariedade.

Isso não se deve a nenhuma solução oferecida pelo sistema capitalista, em sua sistematização, ou por uma mudança cultural que tenha se tornado vigente, mas a inserção se dá em um modelo emergente que compõe o mesmo sistema que contesta, e que, historicamente relegou às mulheres, em sua maioria, a inferiorização social, como descrito por Saffioti [1979]. Também as relega à exclusão social, no sentido apontado por Forrester [1997], limita e desqualifica sua atuação na sociedade, onde o espaço doméstico e as tarefas “femininas”, valores disseminados como naturais, ainda hoje fundamentam a sua condição, o que a consciência feminista e as lutas resultantes de contestações organizadas alteraram em muito, mas não eliminou.

Considerado que o estágio atual da economia brasileira [desemprego, concentração de renda], apresenta um ritmo econômico que cresce distanciando-se das demandas sociais e, como decorrência, aumenta a exclusão social:

[...] Prosperidade econômica e crescimento do Produto Nacional Bruto juntam-se à expansão da desigualdade e da pobreza. É certo que esses não são elementos exclusivos à sociedade brasileira e ao processo histórico brasileiro [...] O que distingue o caso brasileiro é a extensão da lacuna social, a rapidez de seu aprofundamento e os extremos aos quais o padrão econômico politicamente orientado tem levado [SOARES, 1999: 225].

Por fim, observe-se que o padrão de funcionamento da sociedade, pautado pela inserção limitada das mulheres no mercado de trabalho, pelo modo de organização da produção e pelo perfil imposto às trabalhadoras, reproduziu-se por muitas gerações. Neste contexto, é o homem que trabalha fora, sustenta a casa e supre as necessidades da família, tendo, assim, a possibilidade de tomar as decisões majoritárias; as mulheres trabalham em casa, em um trabalho não valorizado – mesmo que este se some ao trabalho masculino –, acabam se submetendo à dependência dos homens. As tentativas de modificar este quadro, e buscar uma ruptura dessa situação com outra perspectiva, incluindo um emprego, esbarram em mais dificuldades.

“Os segmentos populacionais prejudicados com o aumento da taxa de desemprego foram às mulheres, de 16,1% para 17,2%” [Correio do Povo, 09/11/2000 - página central].¹⁶

4.3 A Cooperação e o *Empoderamento* no Feminino

A consciência da condição da mulher opera como uma busca para o equilíbrio da sociedade, já que visa modificar este ciclo de submissão, que não é natural, e que ainda persiste em várias culturas e em períodos históricos distintos. Contudo, a nova ordem econômica mundial em que o Brasil aliou-se e enquadrou sua economia, reafirmou que contingentes expressivos das classes populares tivessem que sair do lar, do espaço doméstico, muitas sem experiência de trabalho externo, ou com experiências mercantis de trabalho traumático, em uma faixa etária elevada para os padrões do sistema, para auxiliar nos custos de manutenção ou ser a única fonte de renda de muitas famílias. O inusitado disso é a presença de mulheres da classe média, ingressando no cooperativismo em busca do aprendizado de mobilização coletiva e de uma reorientação social.

A presença de representantes das duas camadas sociais no mesmo espaço público possibilita o surgimento de unidades identitárias para além da pluralidade apregoada nos sete princípios básicos do cooperativismo, e é a troca de experiências e de conhecimentos daí decorrente que inova o planejamento e a execução do movimento cooperativista que em Porto Alegre reafirmamos, feminizou-se.

Historicamente o sistema capitalista não absorveu o potencial produtivo feminino e valorizou culturalmente o trabalho doméstico e as relações que lhe dão origem e dele resultam [casamento, gestação de filhos etc.]. Para as mulheres, a integração na estrutura de classes do modelo capitalista, como exemplifica Saffioti [1979], se deu pelas vias de menor resistência e pela ocupação de postos de pouco prestígio, para os homens inadequados.

¹⁶

Fonte: Dados da Pesquisa de “Emprego e Desemprego” da Comissão Municipal de Empregos de Porto Alegre.

Compreende-se, pela interpretação dos dados coletados, que o fenômeno da feminização do cooperativismo é pontual e localizado em Porto Alegre, o que não implica em desconsiderar que possa ocorrer em outros locais. No que compete aos casos examinados, verifica-se que mulheres articuladas em ações coletivas detêm outra perspectiva em relação ao seu papel na sociedade, o que condiz com os argumentos de Saffioti [1979], de que o significado para a mulher de ter uma atividade - e ela se refere a ter emprego e salário - significa participar da vida comum com capacidade de constituí-la, quer dizer, *é o sair da natureza para fazer a cultura*, o que gera mais segurança em suas vidas e poder em vários níveis. Estas observações de Saffioti vão ao encontro do pensamento de outra entrevistada, da Cooperativa UNIVENS, para quem:

[...] A cooperativa pode mexer com toda a vida da pessoa, se ela não mexer é questionável, é por que ela está ainda em um processo de constituição, mas ela chega a um estágio que mexe como todos os valores da vida das pessoas [Nelsa, cooperativada há 5 anos, 38 anos, entrevista concedida ao autor em 12/04/2001].

Isso remete à questão do *empoderamento*¹⁷ feminino, discutida em muitas áreas da sociedade, que se estende a poucas, senão raras políticas públicas de ações afirmativas¹⁸, visando uma integração mais justa para grupos em desvantagem social como as mulheres e atendem prioritariamente às populações mais pobres.

A feminização do cooperativismo porto-alegrense, por si só expressa uma nova forma de relações econômicas e de poder, sem ser uma política direta de ação afirmativa, assemelha-se a esta pelo tipo de demanda social e pela composição de sua clientela. Desse modo, pode ser mais uma forma de *empoderar* as mulheres.

Em contrapartida, as múltiplas relações propiciadas às mulheres nas cooperativas urbanas de trabalho, promovem um acréscimo nas suas já sobrecarregadas responsabilidades sociais. O ingresso sistemático do segmento feminino no mercado de trabalho produz o fenômeno da dupla jornada, somadas as atividades desempenhadas nos espaços doméstico e econômico. Este modelo é o do sistema capitalista no qual os trabalhadores [mulheres e homens] se submetem a uma condição de desinformação e despolitização, cabendo às mulheres produzir/reproduzir o seu trabalho e ainda

¹⁷ Segundo Young [1993], *Empoderamento* seria a tradução de *empowerment*, definido não somente como as pessoas adquirindo controle sobre suas vidas, mas também alterando as estruturas que reproduzem a subordinação da mulher [apud MACHADO, 1999: 12].

¹⁸ [...] São denominadas ações afirmativas políticas que têm como meta corrigir antigas e novas discriminações [...] Isso só é possível se são oferecidos exemplos positivos de igualdade de tratamento, de formação e de promoção no cotidiano das organizações [DELGADO, CAPPLINI & SOARES, 2000: 11].

reproduzir o masculino, tanto no espaço familiar quanto no mercado de trabalho. Prá [1984] caracterizou este quadro:

[...] Os novos papéis econômicos desempenhados pelas mulheres vão se somando aos papéis tradicionalmente femininos. Esta soma de papéis significa para a mulher não só participar do mercado de trabalho, mas também continuam desempenhando atividades domésticas que via de regra vão representar um acúmulo de funções. Isso tem sido chamado de a "dupla jornada" feminina, uma jornada realizada no período de trabalho e outra depois do expediente aos cuidados do marido, filhos, casa, roupas e alimentação [pp.125-126].

A participação cooperativada, todavia, acrescenta um novo elemento na agenda das mulheres, pois o trabalho doméstico e o trabalho na cooperativa – apesar de diferente daquele realizado em uma empresa mercantil também se constitui em jornada – nem sempre são suficientes para promover mudança pessoal e transformação do social.

O componente originário desde as origens deste processo, a politização, é o que faz com que haja, em muitos casos, conflitos familiares. A necessidade de representatividade nos inúmeros eventos, que articulam o cooperativismo como uma rede, *triplica* as responsabilidades das mulheres, que passam a se dividir entre: a família [espaço doméstico/trabalho reprodutivo], a cooperativa [trabalho produtivo] e o atendimento de uma agenda política [movimento social].

Este terceiro elemento é o de difícil administração para as mulheres e mais um ônus para sua inserção na ordem econômica e seu *empoderamento*. Contudo, o novo compromisso societário, inerente à prática cooperativista, é visto como positivo e aceitável, mesmo que para muitas se torne uma experiência complicada, negociável quando não podem ou não conseguem representar sua cooperativa; constatação que é expressa por uma componente da Cooperativa UNIVENS:

[...] O que está dentro do meu tempo disponível para a cooperativa eu faço, se não der, eu passo para outra [Vera, cooperativada há 11 meses, 44 anos, entrevista concedida ao autor em 08/06/2001].

Há uma conciliação neste caso: as mulheres solteiras ou as viúvas, muitas vezes cumprem estes deveres, mas são as suas lideranças, independente de serem ou não casadas, com ou sem filhos e com um histórico relevante, que assumem a função de *coordenação* dos grupos e de representação da coletividade. Este capital social e os resultados conquistados são frutos de iniciativas de lideranças e são distribuídos, sem

restrição, para toda. Como afirma Abu-El-Haj [1999: 76] “as lideranças de movimentos bem-sucedidos têm duas características: vêm de um passado utópico e idealista e sobreviveram a derrotas políticas [...] esse tipo de liderança é o mais eficaz na mobilização do capital social”.

Neste contexto, destacamos que a sociabilidade conferida às mulheres pertencentes ao universo em estudo é concorrente do seu aspecto econômico e que esta participação contribui particularmente para cada membro, para o seu coletivo. Ao mesmo tempo, a distribuição dos resultados, materiais e imateriais, auxilia os que não são associados, no caso os homens e outros familiares, e se constitui em uma nova perspectiva de representação social, que se divide em várias formas, resultando em conciliação, valorização e contestação.

A função do trabalho em rede e os seus significados; a organização da atividade produtiva, sua gerência e os resultados positivos para a sociabilidade das mulheres conferidos pelo cooperativismo são os temas tratados na seqüência do trabalho.

5. A SOCIABILIDADE FEMININA PELO COOPERATIVISMO

5.1. As Redes Sociais e a Atividade Produtiva

A formação de redes entre empresas é um fenômeno da sociedade globalizada e um processo direcionado para a livre iniciativa capitalista que buscou, ao mesmo tempo, reestruturar a atividade produtiva para flexibilizá-la e tornar melhor seu gerenciamento. Também serviu para uniformizar as necessidades da humanidade, porém, encontrou forte resistência e fortaleceu as identidades locais. Como refere Castells [2000], o significado social tanto do coletivo como do individual passa pela afirmação destas identidades, a partir daí o processo se fragmenta ao se especificar, tornando tão drásticas as mudanças sociais quanto às transformações tecnológica e econômica.

O exemplo de rede que trabalhamos é o da organização cooperativa, integrada por pessoas que evocam valores morais semelhantes e expressam, em particular, uma nova ética societária, resultando em uma rede social estruturada por uma mobilização não coercitiva, na qual o senso comunitário é realçado em todos os seus níveis: econômico, político, administrativo, social, ético e cultural. Esta categorização analítica é a de um espaço microsociológico em que a ação coletiva se constitui a partir de duas perspectivas ideológicas, cujo significado político pode ser o da economia social ou o do terceiro setor. Cabe ressaltar que não compreendemos a economia social com uma ONG, embora seja uma associação voluntária seus fins não são assistencialistas.

As conceituações *economia social* [européia], como alternativa ao terceiro setor [norte-americana], trazem consigo o aspecto ideológico de campos extremos: a economia social pode ser interpretada como a população descapitalizada organizando-se para intervir no processo econômico desfavorável [tanto de classes populares quanto médias] aos seus objetivos sociais e fins econômicos; o *terceiro setor*, como organizações voluntárias, sem fins lucrativos, compostas por pessoas que dispõem de

tempo ocioso em suas vidas, cumprindo um papel de assistencialismo e legitimando a ausência ou limitação do Estado nas políticas públicas. Isso, no caso brasileiro, incentivou mobilizações coletivas em redes de reciprocidade e de confiança, antes do modelo cooperativista, pertencente ao campo da economia social ser acionado como projeto de desenvolvimento socioeconômico urbano de trabalho. Esta constatação é a mesma compartilhada por esta outra componente da Cooperativa BEM-ME-QUER:

“Se unindo que o pessoal vai ter força para conseguir alguma coisa. Pelo lado solidário, pela solidariedade se tem mais força [Magali, cooperativada há 1 ano e 2 meses, 43 anos, entrevista concedida ao autor em 01/06/01].

A participação em redes de reciprocidade e de confiança do segmento da economia social é elemento indispensável para a organização coletiva, rede esta que pode ser composta por agentes governamentais, agentes não governamentais, e por outra versão do *homo economicus*, mais humana. No contexto social analisado, as mulheres assumem um papel social relevante devido ao seu grau de mobilização, muitas vezes assumindo a chefia de famílias ou a divisão dos custos econômicos com os parceiros masculinos, ou seja, produtivamente essas mulheres não são coadjuvantes e, pelo aspecto econômico, redirecionam a hierarquia de gêneros: “o ingresso da mulher no processo produtivo tem sido cada vez mais freqüente, já não como complemento à renda familiar, senão como imprescindível e, muitas vezes, como sendo o principal rendimento da família [CORTAZZO, 2001: 57]”.

Quanto à atividade produtiva, observe-se que os resultados experimentados por organizações com definições múltiplas em termos de produto, de participantes e da estrutura organizacional, podem trazer dificuldades em sua constituição dada às limitações decorrentes da falta de experiência coletiva. Pode, também, haver o decréscimo do grupo, o que serviria para revelar a fragilidade de sua interação interna e para impedir o surgimento e o compartilhamento de capital social.

Ademais, dada à instabilidade de renda, as/os cooperativadas/os estão mais expostas/os pela falta dos direitos consagrados na legislação trabalhista do país, pois o cooperativismo é regido por sua lei original na qual as garantias sociais são financiadas pelas/os próprias/os trabalhadoras/es por meio de fundos específicos.

A necessidade de garantia de uma renda estável faz com que surjam muitas pró-cooperativas e existam poucas cooperativas de fato: unidas, legalizadas e produtivas. O

elemento principal da organização coletiva é a confiança entre pessoas e no projeto em comum, a ausência disso impede uma reprodução interna de novos grupos. Os que superam as dificuldades, o fazem por esforços próprios, sobretudo, pelo fato do poder público local tentar impedir, ao máximo, relações de cunho clientelista e assistencialista.

5.2. A Gestão Cooperativa e a Sociabilidade Compartilhada

Com relação à constituição e à gerência do empreendimento cooperativo, mesmo desprovidas de conhecimento executivo e de informações da legislação, as mulheres, pela necessidade, rompem com estes empecilhos, assumindo a iniciativa de formação e gerenciamento da cooperativa. No entanto, não há uma remuneração a mais para isso e nem uma sobrecarga, pois todas as decisões passam pelas assembleias em datas estipuladas indistintamente pelos grupos, onde é feita uma *divisão cooperativa das tarefas*, um rodízio de integrantes na execução ou encaminhamento dos compromissos legais da cooperativa. Ao que se soma uma sociabilidade compartilhada em que as mulheres passam a transitar por esferas do poder público e por outros espaços da cidade, tornando-se mais participativas do que os homens:

[...] A administração da cooperativa é um trabalho voluntário [...] Aliás, todo o processo foi feito por nós, sem termos o mínimo de experiência sobre isso, tivemos apoio para aprendermos o caminho, mas nós tiramos as barreiras do caminho, fomos a repartições públicas que muitas de nós nem imaginávamos. Fizemos todo o processo legal e burocrático como aprendizado de vida. Talvez essa seja a primeira barreira a superar: “Acreditar que nós somos capazes, pois sempre nos disseram que a nossa função era vender a mão-de-obra e que iluminados é que fariam a outra parte, ou seja, explorar a mão-de-obra.” [NESPOLO, 2000: 112].

A sociabilidade compartilhada, quando não perpassa o espaço da comunidade, abarca questões de interesse coletivo da cooperativa que incluem as de sua integração enquanto grupo social, que almeja uma situação estável para o empreendimento, chegando aos assuntos particulares de seus integrantes ou não, tais como: de violência doméstica, criação dos filhos, cuidado de doentes, perda de amigo ou parente, eleição de representantes políticos, infraestrutura de suas comunidades, e, em alguns casos, de temas religiosos. Resultado de uma articulação social, originada na mobilização coletiva, os frutos da ação cooperativada se potencializam e incidem em momentos

voltados para a busca de soluções de problemas comunitários, o que se reflete em mais capital social a ser compartilhado.

Já a ação individual, mesmo que positiva, no sentido de beneficiar a cooperativa, é desincentivada. A nenhuma sócia é conferido o direito de sobrepor-se à soberania da assembléia e das decisões coletivas, em uma distribuição por igual das responsabilidades.

5.3. As Várias Participações das Mulheres

Historicamente as mulheres sempre disputaram espaço no campo do trabalho em desvantagem, sofrendo discriminação em diversos sentidos, o que serviu para subsidiar boa parte da ação e do debate dos movimentos feministas.

O ingresso no mercado de trabalho exigiu das mulheres concessões, em troca de reconhecimento e da possibilidade de executarem funções “masculinas”. A participação no mundo do trabalho, todavia, promoveu uma internalização cultural e lhes possibilitou obter visibilidade como sujeito político, mas não resultou em uma representatividade política proporcional ao número de eleitoras assim, “a mulher pode ser visível como sujeito político, mesmo naqueles processos [sociais, econômicos e políticos] nos quais historicamente ela parece estar mais ausente” [PRÁ, 1996: 109].

A participação sistemática nas cooperativas de trabalho urbanas, de produção ou de serviços, expõe duas situações: a definição das atividades e da linha de produção, que têm por base funções e interesses socialmente construídos como femininos. Contudo, em organizações coletivas, estas tarefas tem outro *status* por não haver a presença de um/uma *superior/a*: “o valor de uma camiseta produzida de forma cooperativa significa que ninguém está enriquecendo sozinho com o trabalho dos outros [NESPOLO, 2000: 112]”.

Essas mulheres passam a ter múltiplas representações sociais: pessoal, familiar, comunitária, econômica e política, sendo esta multiplicidade de interações “novidade”, em específico, no que tange à vida comunitária, econômica e política. Muitas integrantes dessas organizações interrompem um processo de isolamento social e

tornam-se, literalmente, vizinhas ou colegas após o ingresso na cooperativa. Desta forma, ampliam sua agenda de relacionamentos sociais, e mesmo sem ter esta proximidade do local de moradia, tem várias formas de participação na sociedade, ocupando múltiplos espaços o que faz surgir uma rede sociocooperativa de confiança coletiva e de cumplicidade, sendo complementado por uma revalorização pessoal: “muitas de nós nem se conheciam e de repente estávamos trabalhando juntas [NESPOLO, 2000: 109]”.

O resultado social desta relação é a de uma emancipação feminina parcial, pois a contestação ao sistema se utiliza da herança cultural, material e imaterial recebida, do treinamento físico e cultural, ou seja: de habilidades de costura, cozinha, limpeza, e do artesanato, por exemplo, atividades femininas por excelência e rebaixadas na divisão social do trabalho. A ação compartilhada/cooperativada transforma essas mulheres enquanto sujeitos sociais, contradizendo o processo histórico que as inferiorizou, e compondo um novo cenário político para além dos limites do doméstico, em redutos populares ou não, onde ainda sofrem o controle masculino e os efeitos dos preconceitos sociais dos mais diversos. Em casa, por ainda desempenharem as tarefas ditas “femininas”, no mínimo com um sentido de subordinação cultural, há situações mais radicais de oposição a isso. Contudo, é evidente que essas mulheres conquistaram espaço fora de casa, mas não nas relações básicas de gênero e, embora reivindicuem esta conquista, o que se identifica na maioria delas é uma consciência híbrida: conciliadora em casa e crítica na cooperativa, “no trabalho doméstico, identificado e naturalizado como papel feminino e não como trabalho [...] a subordinação das mulheres enquanto gênero se realiza em sua plenitude” [SOUZA-LOBO, 1991a: 163].

O espaço fora de casa é compatível com as necessidades econômicas e com dificuldades das mais diversas, tais como: desemprego ou desassalariamento dos maridos ou companheiros, falta de oportunidades ou de outra possibilidade profissional no mercado de empregos, ausência de parceiro masculino para algumas mulheres ou desinteresse para tal, impossibilidade econômica de auxílio por parte dos filhos ou falta de filhos, distância ou inexistência de familiares próximos ou vivos etc.:

“Um dos temas mais relevantes da agenda do movimento de mulheres é o mundo do trabalho, e não poderia ser diferente, uma vez que qualquer projeto de emancipação sucumbe à dependência financeira. Assim, a capacidade de prover seu próprio sustento é a base para o efetivo exercício da liberdade [PEREZ, 2001: 51]”.

Mesmo com a inserção econômica compensadora do não trabalho masculino, ou complementar a ele, quando as mulheres assumem a responsabilidade total dos encargos de manutenção da casa e de seus dependentes, em alguns casos, os valores recebidos não garantem um padrão de vida como o necessário, fazendo com que revejam sua participação. Quanto ao reconhecimento social, este é mais objetivo na esfera das instituições públicas locais e na convivência comunitária da cooperativa e muito escasso por parte dos homens de que “a entrada massiva das mulheres como agentes políticas e promotoras do desenvolvimento econômico e social de suas comunidades faz a diferença e torna-se uma exigência da atualidade [PEREZ, 2001: 51]”.

Assim, a representação social das mulheres cooperativadas pode ser entendida desde três perspectivas, quais sejam: 1] pela visão **conciliatória** das relações básicas de gênero; 2] pela ótica **contestatória** das relações políticas e econômicas; e, 3] pela versão **solidária** que valoriza as categorias sociais que implementam o cotidiano. A lógica que perpassa essas perspectivas é a de que *o sucesso coletivo proporciona o ganho individual* para uma parcela que, moralmente, optou por interagir desta maneira. Noção essa que desconstrói as idéias de individualismo, de hierarquia de classe e de gênero e, de submissão feminina.

CONCLUSÃO

Ao concluir o presente trabalho mostra-se pertinente fazer algumas observações a respeito do cooperativismo. Ressalta-se, nesse sentido, que embora a organização cooperativa seja uma instituição quase bicentenária, ela não deixa de ter o caráter de um projeto de vanguarda. Isso fica evidente quando se compara este modelo [coletivo] com o mercantil [individual], cuja estrutura privilegia apenas o "proprietário" ou um grupo seletivo por sua representação financeira; nas cooperativas, a gestão é democrática assegurada pela quota-parte, que garante o direito à igualdade e o direito na tomada de decisões.

Outro aspecto a ser considerado acerca do cooperativismo é o de que este se inclui no plano da economia social por não ter um perfil assistencialista e nem mercantil. Ademais, é um campo que promove outra cultura ao centrar sua atenção nas necessidades humanas, que se traduzem em valores morais não atendidos por um sistema de competição desigual.

Destaca-se, também, que a experiência do cooperativismo foi à forma encontrada pelos militantes socialistas, após perderem sua referência internacional, a antiga URSS, em sua tentativa de trazer para a sociedade uma perspectiva renovadora de maneira pacífica, a qual viria a se transnacionalizar como mais um movimento de trabalhadores.

No caso brasileiro, embora o cooperativismo urbano ainda se encontre em estágio de desenvolvimento incipiente, não se pode desconhecer que esse tipo de organização tem obtido resultados bastante positivos. Não obstante, ele nem sempre pode ter tido como um movimento homogêneo dado ser representado, muitas vezes, por segmentos que divergem ideologicamente da doutrina cooperativista. Nesse particular, embora no discurso levantem problemáticas idênticas e utilizem como principal bandeira de luta o combate ao desemprego estrutural das populações que compõem o país, o fazem a partir de formas diversas de articulação [autônoma ou mobilizada].

Mesmo assim, a constituição de cooperativas de trabalho, urbanas ou rurais, representa uma alternativa para os/as trabalhadores/as que, no geral, sofrem os efeitos de uma reestruturação econômica que privilegia o capital financeiro e a tecnologia em detrimento da participação ou da relevância humana, alijando da possibilidade do exercício da capacidade produtiva os que estiverem na dependência apenas do mundo do emprego formal. Ao lado disso, surge como possibilidade valiosa para a reintegração social da mão-de-obra pelo seu aspecto de cidadania e de uma participação política que questiona o modelo hegemônico. Pelo cooperativismo, muitos dos temas não debatidos no capitalismo passam a ser alvo de atenção e a compor uma pauta voltada à intervenção política e à modificação do *status quo*.

Quanto às mulheres, a resposta majoritariamente feminina a favor de experiências de gestão compartilhada, como ilustra o caso de Porto Alegre, se deve à abertura de espaços de participação, ao caráter multicultural do cooperativismo e à sua organização em rede. A politização desse espaço, desde a sua instituição, é um diferencial no âmbito do trabalho, pois reordena o significado político da ação sindical dado a representação se realizar de forma autônoma no conjunto de cada grupo, tal qual um fórum [ordenação horizontal]. Neste processo, o potencial cultural e produtivo feminino, antes relegado à segunda categoria no mundo do emprego e no das relações sociais, afirma-se sociopoliticamente.

No que tange às experiências examinadas neste trabalho, observa-se que a circulação de pessoas de camadas sociais diferentes no mesmo espaço público, mulheres das classes popular e média - a classe é categoria muito presente neste ambiente - aponta para uma participação mais efetiva das primeiras em movimentos sociais e políticos. No que tange à classe média, esta, aprendendo a se mobilizar coletivamente, gera um capital social para a reprodução entre-grupos e este capital social, com origem no cooperativismo, reflete nas relações das comunidades onde se estabelecem as cooperativas - apesar desta ser uma experiência por aprimorar e mesmo por descobrir para as organizações cooperativas femininas ou não.

Por esta ótica, poder-se-ia argumentar que o capital social com origem na coletividade, estimulador de uma solidariedade recíproca, confere, na perspectiva cooperativista de economia solidária, um grau de mobilização mais intenso de cooperação, elevando esta categoria. E isso se dá em uma sistemática inversa à adotada pelo capitalismo, que estimula sua força de trabalho apenas para que haja uma

conformação às regras do jogo competitivo e para que se mantenha a participação desde que em acordo com a lógica do sistema.

Ainda em relação aos casos em estudo, verifica-se que os laços sociais são fortalecidos pela integração de mulheres que não se conheciam antes de ingressar na cooperativa. Tal integração, por meio da cooperativa, amplia a circulação dessas pessoas nas suas comunidades de origem e nos diversos espaços da sociedade surgindo uma rede social mobilizada pelo interesse comum, de todas, em realizar uma atividade produtiva e de ter um melhor convívio humano.

Resulta daí, que o exercício de uma atividade externa para as mulheres é antes de tudo a busca por um espaço que, por meio da realização de tarefa ainda desvalorizada na divisão social do trabalho, as dota de outro *status*, pela desconstrução hierárquica que desmistifica a ideologia e as diferenças de classe e de gênero.

Por fim, considerando o contexto examinado, mostra-se oportuno sugerir algumas formas de intervir nesse cenário, uma delas seria a de viabilizar trabalhos específicos junto à clientela feminina das cooperativas de modo a qualificar a sua participação neste tipo de atividade. Outra possibilidade seria a da realização de parcerias com mecanismos nacionais e internacionais, dedicados à valorização do segmento feminino, coma forma de fortalecer o apoio recebido do poder público local.

Ao lado disso, a elaboração de planos de ação voltados para a melhoria da qualidade de vida das mulheres e para a sua plena integração cidadã, poderiam se constituir em temas de próximos estudos e em modelos de referência para o contexto macrossocial do cooperativismo que demarca o encontro de duas conjunturas: a da contra-hegemonia, pelo combate aos desequilíbrios na distribuição da riqueza social, e a da condição feminina, pela promoção da igualdade de gênero e do *empoderamento* das mulheres. Neste sentido, é pertinente argumentar parafraseando Prá [1999: 164] que, [...] “repensar os processos de ação coletiva em toda a sua amplitude, reconhecer seus limites e sua importância política parecem constituir-se nos novos desafios com os quais estudiosos/as da sociedade e da política terão de se defrontar em um futuro próximo”.

Referências Bibliográficas

ABU-EL-HAJ, Jawdat. O debate em torno do capital social: uma visão crítica. Rio de Janeiro: BIB, n° 47, 1° semestre, 1999, pp. 65-79.

ARRUDA, Marcos. Globalização e sociedade civil: repensando o cooperativismo no contexto da cidadania ativa. Rio de Janeiro: PACS. 1996, 49p.

BAQUERO, Marcello. Os desafios da democracia na América Latina: globalização e capital social. Porto Alegre, 2001. Trabalho apresentado na FIELALE, Moscou, Rússia. 51p. [mimeo]

BRUSCHINI, M. Cristina Aranha; ROSEMBERG, Fúlvia. A mulher e o trabalho. In: Trabalhadoras do Brasil. São Paulo: Brasiliense: Fund. Carlos Chagas, 1982, pp. 9-22.

CASTELLS, Manuel. A rede e o ser. In: A sociedade em rede. São Paulo: Paz e Terra, 1999, vol. 1, pp. 21-47.

CORTAZZO, Inés. O trabalho da mulher: uma desigualdade encoberta? In: mulher e trabalho. Porto Alegre: FEE, vol. 1, 2000, pp. 55-60.

COOPERATIVISMO - Orientações Básicas. OCERGS/SESCOOP-RS 30 anos. Porto Alegre/RS, mar./ 2001. 70p.

DELGADO, Didice G.; CAPPELLIN, Paola; Vera, SOARES. In: A mulher no mundo do trabalho - Perspectivas e desafios para construir a igualdade de oportunidades no Brasil. In: Mulher e trabalho - Experiências de ação afirmativa. São Paulo: Boitempo editorial, 2000, pp.11-19.

FONTES, Breno Augusto Souto Maior. Capital social e terceiro setor: sobre a estrutura das redes sociais e associações voluntárias. Caderno CRH, Salvador, n° 30/31, jan./dez., 1999, pp. 239-264.

FORRESTER, Viviane. O horror econômico. São Paulo: Ed. UNESP, 1997. 154p.

HOLZMANN (a3), Lorena. Gestão cooperativa: limites e obstáculos à participação democrática. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de [Org.]. A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto [Coleção Economia] 2000, pp. 267-286.

LAVILLE, Jean-Louis. *L'économie solidarie*. Une perspective internationale. Paris: Desclée de Brouer, 1994.

MACHADO, Leda Maria Vieira. A incorporação de gênero nas políticas públicas: perspectivas e desafios. São Paulo: ANNABRUME, 1999. [Cap. I, pp. 15-37]; [Cap. II, pp. 51-59] e [Cap. III, pp. 61-77].

MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In: Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp.55-99. [Os Pensadores].

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. Lembranças e vivências: "Sonhar Juntos Para o Projeto Ser Realidade". In: História de Trabalho 1999, Porto Alegre: U.E. da SMC [6ª edição] - jun./2000, pp.103-116.

NEVES, Magda de Almeida. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: Trabalho e Gênero - mudanças, permanências e desafios. São Paulo: Ed. 34, 1999, pp. 171-185.

OLIVEIRA, Nestor Braz. Cooperativismo - Guia Prático. Porto Alegre: OCERGS, 1984, pp.17-42.

PEREZ, Lícia. Os desafios para o século XXI. In: GALEAZZI, I.M.S. (Org.) Mulher e Trabalho. Publicação Especial do Convênio da Pesquisa e Desemprego na Região Metropolitana de Porto Alegre (PEDRMPA) vol. 1, 2001, pp. 51-53.

PINEDA (a4), Magaly. Modificando os termos: educar para a cooperação a partir de uma perspectiva de gênero. In: Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro: IBAM/UNICEF, 1999, pp.85-92.

PINTO, Celi Regina Jardim. Movimentos sociais: espaços privilegiados da mulher enquanto sujeito político. In: COSTA, Albertina; BUSCHINI, Cristina (Orgs.). Uma questão de gênero. São Paulo: Rosa dos Tempos, 1992, pp. 127-150.

PITANGUY, Jacqueline. Mulher e cidadania. In: Mulher e políticas públicas. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Administração Municipal, 1991, pp. 119-122.

PRÁ, Jussara Reis. O estatuto da mulher na sociedade contemporânea. In: A mulher e sua situação na sociedade Porto-Alegrense. Tese [Dissertação de Mestrado em Ciência Política] UFRGS, 1984, pp.125-131. [mimeo]

_____. Configurando a temática de gênero. In: Representação política da mulher no Brasil [1982-1990]: a articulação de gênero no Sul do país e a questão institucional. USP [Tese de Doutorado], 1992, pp.83-88. [mimeo]

_____. Cidadania e gênero no processo de construção da democracia brasileira. In: BAQUERO, Marcello [Org.]. Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1996, pp.91-132.

_____. Antigos problemas e novos desafios: repensando a dimensão política da ação coletiva na ótica de gênero. In: BAQUERO, Marcello [Org.]. Desafios da democratização na América Latina. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS/Centro Universitario La Salle, 1999, pp.147-184.

PUTNAM, Robert. Capital Social e desempenho institucional In: Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Ed. Getúlio Vargas, 1996, pp.173-194.

RIOS, Gilvando Sá Leitão. O que é cooperativismo. São Paulo: Brasiliense [2ª edição], 1989. 70p.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. Mulher e trabalho. In: A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1979, pp.15-66.

SINGER, Paul. O novo cooperativismo no Brasil. In: Sindicalismo e economia solidária. São Paulo: CUT/Brasil, dez./1999(a), pp.27-28.

_____. Possibilidades da economia solidária no Brasil. Op. cit., 1999(a2), pp.51-60.

_____. Uma utopia militante - repensando o socialismo. Petrópolis: Vozes, 1999(b). 184p.

_____. Economia solidária: um modo de produção e distribuição. In: A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, pp. 11-28.

SOARES, Luiz Eduardo. "A duplicidade da cultura brasileira.". In: SOUZA, Jessé [Org.]. O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira. Brasília: UNB, 1999, pp. 223-235.

SOUZA, André Ricardo de. Um instantâneo da economia solidária no Brasil. In: A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, pp.7-10;

_____. Os empreendimentos comunitários de São Paulo. Op. cit., 2000, pp. 245-266.

SOUZA-LOBO, Elizabeth. Um movimento no feminino [notas sobre uma política das mulheres]. In: A classe operária tem dois sexos [trabalho, dominação e resistência]. Ed. Brasiliense e SMC/SP, 1991(a), pp. 209-217.

_____. Mulheres, feminismo e novas práticas sociais. Op. cit., 1991(b), pp. 219-227.

_____. A cidadania das mulheres na nova constituição brasileira. Op. cit., 1991(c), pp. 229-239.

_____. Questões a partir de estudos sobre o movimento de mulheres no Brasil. Op. cit., 1991(d), pp. 241-246.

_____. Mulheres: uma nova identidade. Op. cit., 1991(e), pp.247-251.

_____. Movimento de mulheres e representação política no Brasil (1980-1990): o gênero da representação. Op. cit., 1991(f), pp.263-275.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: A economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego. São Paulo: Contexto, 2000, pp.221-243.

TOLEDO, Cecília. A questão da origem da opressão da mulher. In: Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Ed. Xamã, 2001, pp.15-38.

UNIVENS, Cooperativa de costureiras Unidas Venceremos. In: Projetos Inovadores da Oficina Social: Caderno da Oficina Social, nº 2, Rio de Janeiro, [ano 1] dez./1999, pp.33-37.

VELHO, Gilberto. Cultura de classe média: reflexões sobre a noção de projeto. In: Individualismo e Cultura - Notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor [5ª edição], 1999, pp.105-109.

YOUNG, K. *Planning development with womem*. Macmillan: London, 1993.

Documentos

Declaração da Aliança Cooperativa Internacional [ACI]. Manchester/Inglaterra, 1995. 2p. [mimeo]

Decreto nº 12.691 [Reformulando o PAC/PMPA] 21.02.2000. 3p. [mimeo]

Periódicos

Jornal da Adufrgs, [2^a quinzena de 1999], nº 48, pp. 6-8.

Revista COOPERATIVA & TRABALHO. "Aliança Cooperativista Internacional". São Paulo, 1999, nº 2, p. 33.

Jornal da OCB - BRASIL COOPERATIVO. "Números do Cooperativismo Brasileiro". Set./2000. Brasília: ano II, nº 2, p. 6.

Jornal Correio do Povo, edição de 09/11/2000.

Jornal CEBRACOOP em notícias, set. /2000, nº 10, p. 3.

Revista COOPERBRASIL. "Riqueza Para o Cooperado e Para o Brasil". Out./nov./dez. Brasília, 2000, ano IV, nº 4, pp.14-18.

Páginas da WEB

- COMPLEXO COOPERATIVO MONDRAGON [MCC].
Cooperativa de Base/Regimen Socioeconômico. 4p.
Disponível no site: < <http://www.mondragon.mcc.es> > [Acessado em 10.05.2001].

- CPN TOOLS.
Social Capital.
Disponível no site: < <http://www.cpn.org> > (Acessado em 20.03.2001). 10p.

- ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - [OCB]
Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971 - 117 artigos.
Disponível no site: < <http://www.ocb.org.br> > [Acessado em 30.03.2001].

- POLO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA
A economia solidária e as mulheres. SABOURIN, Cécile. 2p.
Disponível no site: < <http://www.socioeco.org> > [Acessado em 14.03.2001].

Entrevistas

BARCELLOS, Adair Coelho. Coordenador do PAC - Gestão **2001-2004**.

FILERENO, Vera Lúcia. Sócia da Cooperativa Univens [Confeitaria].

GUEX, Magali. Sócia do Grupo de Mulheres Bem-Me-Quer.

NESPOLO, Nelsa Inês Fabian. Sócia-Presidente da Cooperativa Univens [Confecção].

RADUNZ, Ieda. Sócia-Coordenadora do Grupo de Mulheres Bem-Me-Quer.

ANEXO

1. A Cooperativa de Trabalho Multifuncional Unidas Venceremos Ltda.

A cooperativa conhecida pela sigla *UNIVENS* foi fundada a 23 de maio de 1996 na Vila Nossa Senhora Aparecida localizada na região norte de Porto Alegre.

Na primeira reunião, reuniram-se dezenove mulheres quando descobriram que faltava mais uma participante para constituir uma cooperativa singular com o número exigido pela lei atual, vinte¹⁹:

[...] É ramos mulheres variando entre 18 e 76 anos [NESPOLO, 2000:109].

Mobilizaram-se e conseguiram trinta e cinco mulheres na reunião seguinte, e depois de muitos tropeços em função da inexperiência e pela falta de informações, redigiram seu estatuto seguindo um modelo de cooperativa habitacional adaptando-o e o registraram na Junta Comercial. Muitas desistiram pelas dificuldades iniciais.

Hoje conta com vinte e duas mulheres e três homens composta por três grupos: confecção, alimentação e serigrafia [a parcela masculina onde há também uma mulher]. O grupo da confecção agrega a maior parcela de sócias, quinze, tendo seis trabalhando na Incubadora Popular da Zona Norte²⁰ e outras nove em suas casas nas proximidades, e estas, se dirigem diariamente buscando sua cota de trabalho e trazendo suas produções.

¹⁹ [...] Artigo 6º - I - Singulares, as constituídas pelo número mínimo de 20 [vinte] pessoas físicas. Lei 5.764, 16 de dez./1971.

²⁰ A Incubadora foi uma demanda do Orçamento Participativo pela temática Desenvolvimento Econômico. Inaugurada em fevereiro de 1999, disponibiliza sete módulos e uma oficina em regime de permissão de uso pelo período de dois anos renovável pelo mesmo período havendo justificativa, é administrada pela SMIC compondo o Projeto Municipal de Geração de Trabalho e Renda.

A UNIVENS funcionou precariamente nas instalações da Capela Católica de mesmo nome da Vila por três anos o que resultou na sua mobilização por este equipamento. “Com a mobilização de toda a comunidade, foi fácil conseguir o espaço necessário para instalação da sede da UNIVENS [...] uma Incubadora de Cooperativas para abrigar várias iniciativas similares [Cadernos da Oficina Social 2, 1999: 35]”.

2. A Cooperativa de Trabalho Multifuncional Bem-Me-Quer

A “Bem-Me-Quer” reúne as atividades de artesanato, culinária, vestuário, decoração e organização de eventos, contou com vinte e quatro mulheres associadas moradoras das mais variadas regiões de Porto Alegre, estando em funcionamento desde abril de 2000.

Era a formação coletiva mais recente acompanhada pelo PAC da SMIC quando da nossa escolha para este trabalho ainda na sua fase de projeto de pesquisa.

Neste momento, conta com sete integrantes, o que confirmou nossa percepção *a priori* de serem fragilmente unidas, apesar de termos percebidos que grupos menores podem ser mais coesos e bastante produtivos tanto quanto outros maiores, o que não justificaria uma lei impondo um mínimo de integrantes, que no caso atual brasileiro, é de 20 sócias/os.

É uma *organização de base social mista* por ter origem em uma população da classe média. Mista por incorporar valores culturais de seu estrato social original mobilizando-se com valores culturais da classe popular pelo modelo de cooperativismo que se propõe: urbano, de trabalho [produção e serviços], popular, politicamente de esquerda mesmo que suas integrantes não sejam.